

## Garibaldi: Judiciário legisla no vácuo deixado pelo Congresso



Garibaldi Alves (E) e Alberto Goldman, vice-governador e secretário de Desenvolvimento de São Paulo, em almoço-debate promovido por líderes empresariais

Presidente do Senado faz cobrança ao Legislativo e compara excesso de medidas provisórias a decretos da ditadura

**E**m almoço-debate promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em São Paulo, Garibaldi Alves lamentou que as duas Casas do Congresso estejam se submetendo ao ritmo das medidas provisórias editadas pelo Executivo, abrindo espaço para que o Judiciário emita pareceres e súmulas com força de lei. Para o senador, o Congresso não está legislando como devia por causa do excesso de medidas provisórias, comparadas por ele aos decretos-leis da ditadura. Segundo Garibaldi, os decretos eram aplicados apenas em quatro casos, enquanto as MPs são editadas de forma indiscriminada e inconstitucional. **3**

## Pauta do Plenário ainda trancada por seis MPs

Seis projetos de lei de conversão, originários de medidas provisórias, trancam a pauta do Plenário, que se reúne hoje em sessão deliberativa às 14h. Um dos projetos, o PLV 23/08, reduz a zero as alíquotas das contribuições para o PIS/Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na comercialização do trigo, farinha de trigo e pão comum. **3**



Edmilson Aguiar/Secom-MT

Proposta, de autoria de Marina Silva, destina uma reserva do Fundo de Participação a estados que abriguem terras indígenas

## Viana pede à Câmara votação do "FPE Verde"

Tião Viana diz que projeto, de autoria de Marina Silva, está na Câmara desde o fim de 2002. A proposta cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do DF a ser destinada aos estados que abriguem unidades de conservação da natureza e terras indígenas. **3**

## Osmar Dias defende fim das taxas obrigatórias

As taxas obrigatórias, cobradas nas contas de água, luz e telefone, entre outras, precisam ser reduzidas ou extintas, defendeu ontem no Plenário o senador Osmar Dias. **4**

## Maciel lembra os 100 anos de Guimarães Rosa

O senador Marco Maciel ressaltou a importância, na literatura brasileira, da obra de João Guimarães Rosa, cujo centenário de nascimento está sendo comemorado pelo Senado. **4**



Leandro Moraes/Folha Imagem

Excesso de carros é problema nas cidades: "o Brasil urbano demanda atitudes carojosas", diz João Durval

## João Durval quer priorizar ordenamento urbano

O senador João Durval alertou ontem os candidatos a prefeito para a necessidade de priorizarem o ordenamento urbano. Esse é o caminho, ressaltou, para conciliar desenvolvimento econômico e bem-estar social. Hoje qualquer cidade pode ser remodelada, conforme o senador. **3**

Presente na 20ª Bienal do Livro de São Paulo, Romeu Tuma entregou obras editadas pelo Senado em braile a entidades de apoio aos deficientes visuais e disse que irá apresentar projetos para mudanças nos rótulos

## Eletroeletrônicos e remédios poderão ter instruções em braile

OS FABRICANTES DE eletroeletrônicos poderão ser obrigados a oferecer aos deficientes visuais manuais em braile ou gravações em áudio contendo informações sobre o manuseio dos equipamentos. Também das indústrias farmacêutica e de compostos químicos nocivos à saúde deverão ser exigidos textos em braile na apresentação dos produtos. O senador Romeu Tuma (PTB-SP) disse, durante a entrega de publicações do Senado em braile a entidades paulistas que prestam assistência aos deficientes visuais, que apresentará propostas com esses objetivos. A solenidade aconteceu na sexta-feira, no estande do Senado Federal instalado na 20ª Bienal do Livro de São Paulo, no Parque de Exposições do Anhembi. Tuma ainda se comprometeu a propor ao Senado que inclua no seu catálogo em braile a lei orgânica de alguns municípios, entre eles o de São Paulo.

O diretor-presidente da Associação dos Deficientes Visuais e Amigos (Adeva), Markiano Charam Filho, foi quem sugeriu ao senador a publicação da lei orgânica e também a obrigatoriedade do braile em manuais de eletroeletrônicos e nas embalagens de medicamentos e produtos nocivos à saúde.

Romeu Tuma entregou a Constituição



Romeu Tuma (C) entrega publicações em braile a associações de assistência a deficientes visuais

do estado de São Paulo, a Lei de Doação de Órgãos, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Defesa do Consumidor em braile ao Centro de Apoio ao Deficiente Visual (Cadevi). O centro de apoio oferece integração social e educacional a portadores de deficiência visual. Lílian Cury, presidente do Cadevi, elogiou a iniciativa da Casa de imprimir publicações em braile, a qual classificou de "uma forma de tirar a teoria do papel e de transformar a lei em ações em benefício da vida". Ela classificou o braile como

uma maneira de permitir que os cegos possam, por meio da leitura, ampliar suas oportunidades.

O diretor-executivo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) e coordenador da Comissão de Feiras de Livro, Júlio Werner Pedrosa, informou que o Senado dispõe hoje de dois equipamentos de última geração para imprimir em braile. Cada uma das impressoras tem capacidade de produzir 1.200 páginas por dia e suportar uma jornada diária de 18 horas, em três turnos.

## Suplicy relata em livro a viagem em que propôs renda básica ao Iraque

"Assim que chegamos ao aeroporto de Bagdá, por volta das 10 horas da manhã do dia 16 de janeiro de 2008, fomos cercados por seis seguranças com armas de fogo semi-automáticas." Foi dessa forma que começou a estada de dois dias do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) naquele país. A visita teve o objetivo de apresentar aos iraquianos a proposta de implementação de uma renda básica de cidadania incondicional aos 30 milhões de habitantes.

O relatório da viagem foi autografado por Suplicy sábado e domingo, no estande do Senado na Bienal Internacional do Livro de São Paulo. De acordo com o relato do parlamentar, ainda no aeroporto ele e o restante da comitiva

vestiram jaquetas à prova de balas (15 quilos cada uma) e capacetes, para percorrer o caminho até a "zona verde" de Bagdá. Todos foram acomodados em quartos protegidos contra morteiros por pilhas de sacos de areia nas janelas e em cima dos telhados. Felizmente, nos dois dias em que permaneceu no Iraque, Suplicy não viu qualquer sinal de violência.

Além de distribuir na bienal paulista o relato de sua viagem ao Iraque – uma publicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) –, Eduardo Suplicy também autografou a versão em espanhol de *Renda Básica de Cidadania – A resposta dada pelo vento*. Mais de 300 pessoas receberam as duas publicações.



Suplicy conversa com visitantes da Bienal do Livro de SP

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

A sessão ordinária, às 14h, é deliberativa. Seis projetos de lei de conversão, provenientes de MPs, estão trancando a pauta de votações.

### Agenda do presidente

Garibaldi Alves recebe, às 9h, o ministro do STJ Hamilton Carvalhido; às 10h, o presidente do TRF/ES, José Luiz; às 10h30, participa do lançamento do **Jornal do Senado** em papel reciclado; às 11h, dirige reunião da Mesa; às 12h, recebe o prefeito de Porto Alegre, José Fogaça; e, às 15h, recebe os ministros José Múcio e Tarso Genro.

### Meio Ambiente

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se, às 11h30, para analisar nove itens, entre eles o projeto que obriga a inclusão, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, de informações sobre como deve ser realizado o descarte.

### Cooperação de portais

Às 14h, a CPI da Pedofilia ouve o diretor do portal MSN/Hotmail no Brasil, Osvaldo Barbosa, e o presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet (Abranet), Eduardo Parajo, a respeito de propostas de cooperação no combate à pedofilia.

### "Painel Brasil 1968-2008"

Às 9h30, será exibido o "Painel Brasil 1968-2008", como parte do Ano Cultural Artur da Távola. Participam do debate os professores da UnB Paulo Kramer, David Fleischer e Vladimir Carvalho.

### Indicação para o Cade

Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar 16 proposições. Na segunda parte da reunião, será votada a indicação de Arthur Badin para presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciél da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana • Marco Maciel

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira

**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Garibaldi alerta Legislativo: "Em política não pode haver vácuo"

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, fez ontem duras críticas ao que considera "omissão do Poder Legislativo no Brasil". Durante almoço-debate promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) em São Paulo, o senador lamentou que "as duas Casas do Congresso Nacional estejam se submetendo ao ritmo ditado pelo Poder Executivo" por meio de medidas provisórias e, em muitos casos, abrindo espaço para que o Poder Judiciário emita pareceres e súmulas com força de lei.

– O Congresso não está legislando como deveria, mas o Executivo não pára de legislar e o Poder Judiciário aqui e acolá entra no vácuo deixado pelo Legislativo. Em política, não pode haver vácuo – disse Garibaldi a 302 presidentes de empresas nacionais e multinacionais filiadas ao Lide.

O parlamentar lembrou que há seis MPs aguardando votação no Senado. Em consequência disso, a pauta está trancada. Ou seja, nada poderá ser apreciado até que



Garibaldi: excesso de MPs prejudica atuação do Congresso

essas matérias sejam votadas.

Para o senador, há um excesso de MPs sendo editadas atualmente e de forma desnecessária. Ele citou o ex-governador de São Paulo Franco Montoro (PSDB) como um integrante do Poder Executivo que governou quatro anos sem usar medidas provisórias. O mesmo vem acontecendo, observou, com o atual governador do estado, José Serra, também do PSDB.

Garibaldi chegou a comparar as MPs aos decretos-leis criados durante a ditadura militar:

– Os decretos-leis eram até mais modestos, pois diziam que só podiam ser aplicados em quatro casos, enquanto as MPs são usadas em qualquer situação, e não apenas naquelas urgentes. Esta é uma situação inaceitável, estamos agredindo nossa Constituição – protestou.

Projeto da senadora Marina Silva, que destina recursos para estados com reservas ecológicas e terras indígenas demarcadas, aguarda apreciação desde 2002



A proposta redistribui recursos entre as regiões, diminuindo percentuais destinados ao Sul e Sudeste

Edilson Aguiar/Secom-MT

## Tião Viana pede à Câmara votação do "FPE Verde"

O SENADOR TIÃO Viana (PT-AC) pediu ontem, em discurso, que seja votado o projeto de lei de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) que destina parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para os estados que abrigam unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas (PLS 53/00-Complementar).

De acordo com o parlamentar (foto), o projeto tramita desde o fim de 2002 (PLP 351/02, na Câmara dos Deputados) e o governador do Acre, Binho Marques, já pediu ao presidente da Casa, Arlindo Chinaglia, agilidade na votação da matéria.

Segundo Tião Viana, o projeto reduz os atuais 85% dos recursos



Genalbo Magela

do FPE destinados aos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para 84,5%. E os 15% do fundo destinados aos estados das regiões Sul e Sudeste, para 13,5%.

Assim, completou, 2% dos re-

ursos do FPE vão para a criação de uma reserva financeira para os estados brasileiros que tenham em seus territórios unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas. Tais recursos, segundo a proposta, serão usados em projetos de desenvolvimento sustentável.

– O chamado "FPE Verde" beneficiará os estados da Amazônia, especialmente aqueles que detêm altos percentuais de áreas protegidas. É uma matéria aprovada desde 2001 [no Senado] que tem pleno apoio dos governadores da região Norte e fala em uma cooperação, numa mão estendida pelos estados das regiões Sul e Sudeste – explicou Tião Viana.

## Seis medidas provisórias trancam pauta do Plenário

A pauta da sessão de hoje está trancada por seis projetos de lei de conversão, originários de medidas provisórias. Na semana passada, das três MPs que aguardavam análise, apenas o PLV 18/08, originário da MP 427/08 e que alterou a estrutura ferroviária do país, foi apreciado (e aprovado).

O primeiro item a ser analisado pelos senadores é o PLV 19/08, proveniente da MP 428/08, que altera a legislação tributária federal, reduzindo o prazo para aproveitamento dos créditos relativos a bens de capital, da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), diminuindo o custo dos novos investimentos. O PLV também autoriza o governo federal a criar um programa nacional de tarifa social dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico.

Já o PLV 20/08, decorrente da MP 429/08, autoriza a União a participar, com até R\$ 1 bilhão, para a formação do patrimônio do Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), a ser criado para proteger o crédito concedido pelos bancos a estaleiros, com recursos do Fundo da Marinha Mercante. A MP editada pelo Executivo estabelecia o limite de R\$ 400 milhões, mas o montante foi elevado na Câmara dos Deputados.

Essas duas proposições precisam ser votadas até o final de setembro para não perde-

rem a eficácia.

### Novas MPs

Além dessas MPs provenientes da pauta da última semana, quatro novas foram lidas nos últimos dias. Assim, o terceiro item da pauta é o PLV 21/08, originário da MP 431/08, que reajusta os salários de aproximadamente 1,4 milhão de servidores federais, entre ativos, aposentados e pensionistas, dos quais 600 mil são militares. A medida beneficia cargos das pastas de Cultura, Educação e Desenvolvimento e da Polícia Rodoviária Federal, entre outros. Já o PLV 22/08, que decorreu da MP 432/08, prevê a renegociação de quase 3 milhões de contratos de dívidas rurais, cujo valor gira em torno de R\$ 75 bilhões. Ele traz medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas de operações de crédito rural e fundiário.

O PLV 23/08, proveniente da MP 433/08, isenta até 30 de junho de 2009 as matérias-primas usadas na fabricação do pão da cobrança da Cofins e do PIS/Pasep. Por fim, o PLV 24/08, que substituiu a MP 434/08, cria um novo plano de carreira para os servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), além de novos cargos a serem preenchidos por meio de concurso público. A proposta estrutura o plano de cargos do órgão. Serão criados 240 cargos de oficial técnico de inteligência e outros 200 de agente.

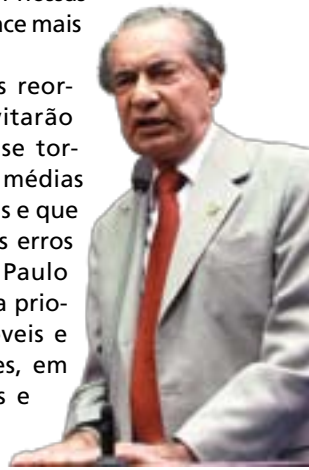
## João Durval: prefeitos devem priorizar ordenamento urbano

Os candidatos a prefeito nas eleições de 5 de outubro precisam dar prioridade ao ordenamento urbano, alertou João Durval (PDT-BA). Segundo o senador, esse é o caminho para conciliar desenvolvimento econômico com bem-estar social, "como fizeram os norte-americanos e europeus no século passado".

Para ele, esse ordenamento deve ser buscado por todos nos próximos 20 ou 30 anos. Durval ponderou que poucas cidades brasileiras foram planejadas e nem sempre seguiram à risca seu planejamento. Entretanto, disse ele, qualquer área urbana pode ser submetida a um remodelamento. O senador citou que isso foi feito em Paris, ainda no século 19, e mais recentemente em Barcelona (Espanha) e Pequim (China), nos dois casos antes de jogos olímpicos.

– O Brasil urbano de hoje demanda atitudes corajosas de combate ao desenvolvimento desordenado e desumanizado de nossas cidades. O permanente estado de tensão e conflito armado em que vive o Rio de Janeiro é o exemplo mais contundente da urgência da intervenção profunda e radical em nossas urbes, para dar-lhes uma face mais humana – disse.

Durval entende que os reordenamentos urbanos evitarão que as grandes cidades se tornem inabitáveis, que as médias se tornem inadministráveis e que as pequenas incorram nos erros das demais. Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) opinou que a prioridade dada aos automóveis e ônibus nas nossas cidades, em detrimento das ferrovias e metrô, é uma das razões da perda da qualidade de vida urbana.



Durval quer humanização das cidades

## Gilvam destaca obras em realização no Amapá

Em seu primeiro pronunciamento após licença para tratamento de saúde, Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que 2008 tem sido um ano de muitas "vitórias políticas" para o Amapá, destacando a

Para Gilvam, 2008 é ano de vitórias políticas

execução de diversas obras de infra-estrutura no estado com recursos do Orçamento da União.

O senador destacou que esses empreendimentos servirão para alavancar o desenvolvimento do estado, cuja prioridade atual é, segundo ele, a conclusão da cidade portuária de Santana, nas proximidades de Macapá.

Entre os empreendimentos beneficiados pelas emendas ao Orçamento da União, Gilvam Borges citou a interligação de Macapá e Santana; a execução da ponte sobre o rio Jari, que fará a ligação do Amapá com o Pará; a construção da sede da Polícia Federal e do Tribunal Regional Federal no estado, além de investimentos em energia e segurança pública.

Gilvam informou que a bancada federal já trabalha na elaboração das emendas a serem apresentadas ao Orçamento do próximo ano, que poderão totalizar R\$ 280 milhões, como forma de garantir a continuidade dos investimentos que irão contribuir para o desenvolvimento local.



Foto de Genalbo Magela

## Paim lembra morte de Getúlio Vargas e comemora 20 anos da Fundação Palmares

Fotos de Genádio Mangela



Gaúchos acompanham propostas, diz Paim

Os 54 anos da morte de Getúlio Vargas foram lembrados por Paulo Paim (PT-RS). O senador elogiou o pronunciamento feito na última sexta-feira por Paulo Duque (PMDB-RJ), que falou sob a perspectiva de quem viveu aquele difícil momento político.

Filho de uma família getulista, Paim disse que tinha apenas quatro anos quando ocorreu o suicídio do então presidente da República, em 24 de agosto de 1954. O senador ressaltou o legado de

Vargas, que tirou o Brasil de uma economia agrária e lançou as bases para a industrialização. Além disso, acrescentou o senador, Vargas foi o responsável pela instituição das leis trabalhistas, da Justiça do Trabalho, do salário mínimo, da carteira de trabalho e da jornada de trabalho de oito horas diárias.

Em apertes, Osmar Dias (PDT-PR) ressaltou que Paim "tem autoridade para homenagear Vargas e Leonel Brizola, e Tião Viana (PT-AC) afirmou que o Brasil hoje desponta na indústria de base e de tecnologia.

Paim registrou ainda que, em viagem feita

pelo interior do Rio Grande do Sul, constatou o conhecimento que os gaúchos têm sobre todos os projetos de lei aprovados pelo Senado, desde o piso salarial nacional para professores até o reajuste do salário mínimo. Destacou que eles acompanharam os debates sobre o reajuste dos aposentados, da emenda que destina recursos para a saúde e do fim do fator previdenciário.

O senador também registrou o aniversário de 20 anos da Fundação Cultural Palmares, instituição ligada ao Ministério da Cultura e que tem como objetivo preservar valores ligados à cultura negra.

## Maciel registra o centenário de Guimarães Rosa

Ao registrar os eventos promovidos pelo Senado para comemorar o centenário de nascimento do escritor João Guimarães Rosa, o senador Marco Maciel (DEM-PE) lembrou que, neste ano, celebra-se também o centenário de morte de Machado de Assis, primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL). Essas comemorações, assinalou o parlamentar, permitem reflexões que levam ao desenvolvimento cultural do país, "ainda tão carente de um olhar crítico sobre sua própria identidade".

Maciel disse considerar o escritor mineiro como o maior representante brasileiro do realismo mágico. Ele citou trechos de seu discurso de posse na ABL, no qual fala de sua terra natal, Cordisburgo: "Pequenina terra sertaneja, trás montanhas, no meio de Minas Gerais. Só quase lugar, mas tão de repente bonito".

Além de *Grande sertão: veredas*, obra-prima de Guimarães Rosa, Marco Maciel enumerou outros livros e citou críticos os quais afirmam que o escritor elevou a expressão pela literatura, no Brasil, ao mais alto grau.

Marco Maciel também parabenizou o escritor Luiz Paulo Horta pela sua eleição para a Cadeira 23 da ABL, vaga com o falecimento de Zélia Gattai, viúva de Jorge Amado.

Orneliano/Prisco/Imagem



Maciel parabenizou Luiz Paulo Horta pela eleição para Academia de Letras

"Meu discurso não é contra o governo, é a favor das famílias", afirma Osmar Dias, ao criticar a cobrança de tarifa básica sobre telefone e outros serviços essenciais à sociedade



## Osmar defende o fim ou redução de taxas obrigatórias

Senador observa que cobrança de tarifa mínima sobre energia elétrica, água e telefone chega a 20% do salário mínimo, "onerando demasiadamente" o trabalhador

O SENADOR OSMAR Dias (PDT-PR) defendeu ontem a redução ou mesmo extinção de taxas obrigatórias que os brasileiros pagam quando consomem, por exemplo, água, luz, telefone ou abastecem o carro. A seu ver, essas taxas afetam demasiadamente o trabalhador de baixa renda.

– Vou fazer um estudo do que é possível fazer para, de acordo com a lei, reduzir, acabar, melhorar a cobrança, porque quando você soma, são R\$ 90 reais no final do mês só de taxa de telefone, água e luz, ou seja, 20% do salário mínimo. O Brasil não pode ficar desse jeito se quiser fazer realmente uma distribuição de renda justa – avaliou.

Osmar mencionou como exemplo a taxa de utilização de folhas de cheque, paga quando o documento é emitido abaixo de um determinado valor. Ele frisou seu apoio à proposição do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que acaba com a cobrança dessas tarifas (PLS 497/07 – Complementar), as quais, a seu ver, explicam porque "os bancos têm o maior lucro da atividade econômica do Brasil, principalmente no atual governo".

A assinatura básica de linhas telefônicas, especialmente dos celulares, também foi citada por ele. O usuário paga algo em torno de R\$ 39, uti-

lizando ou não o telefone, como destacou o senador. As taxas mínimas de consumo sobre 100 kW/h, cobrada pelas companhias energéticas, e de 10m<sup>3</sup> de água, cobrada pelas de abastecimento, aliadas à de esgoto, também oneram demasiadamente o cidadão, lembrou.

Osmar citou proposição de sua autoria (PLS 38/07) segundo a qual os consumidores residenciais devem pagar apenas pela energia consumida, sendo vedada a cobrança do "chamado custo disponibilidade".

### Seguro obrigatório

O senador também criticou a obrigatoriedade de pagamento do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (Dpvat) quando o cidadão faz seguro particular do carro; o pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico para os Combustíveis (Cide), pois tais recursos, segundo Osmar, não são utilizados regularmente para a melhoria das estradas; e o pagamento de pedágio nas estradas, já que para a sua conservação, ressaltou, já são destinados recursos da Cide.

– Meu discurso não é contra o governo, é a favor da sociedade, do cidadão, das famílias. Porque quando percebemos que essas taxas vão tomando parte da renda do trabalhador, é preciso parar para ver o que fazer.

## João Pedro propõe que todas as cidades brasileiras recebam royalties do petróleo

O senador João Pedro (PT-AM) defendeu a redistribuição dos royalties pagos a estados e municípios sobre exploração de petróleo. Ele sustentou que é preciso haver um grande entendimento no Congresso Nacional sobre o assunto, já que vários parlamentares apresentaram propostas sobre mudança no pagamento de royalties, incluindo ele próprio (PLS 224/08).

O parlamentar argumentou que, com as descobertas de enormes campos de petróleo em grande profundidade – na chamada camada

pré-sal –, as reservas brasileiras devem saltar de 12 bilhões para 80 bilhões de barris. Ele entende que os recursos provenientes dessa riqueza devem ser distribuídos por todos os municípios brasileiros, e não apenas entre aqueles que se encontram adjacentes aos poços descobertos.

Na justificativa de sua proposta, João Pedro argumenta que o estado do Rio de Janeiro fica com 86% dos royalties arrecadados no Brasil. Somente nove municípios naquele estado, segundo ele, ficam com 62% de toda a arrecadação nacional. E o petróleo, frisa o senador,

mesmo sem computar os campos do pré-sal, já representa 10% do produto interno bruto (PIB) brasileiro.

João Pedro quer diminuir as desigualdades entre as regiões brasileiras e disse ser preciso olhar para o Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia. Ele também defendeu melhorias nas Forças Armadas, especialmente na Marinha.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) parabenizou João Pedro pela proposta de destinar mais recursos para o campo social.



Senador defende investimento social